

## **CONTABILIDADE COMERCIAL: a importância de sua execução para as empresas**

Cristiene Olímpia da Silva

Denise Gomes Barros Cintra

Discente do Curso Ciências Contábeis, 8º período, pela Faculdade de Jussara – FAJ. E-mail: cristieneolimpia2015@hotmail.com

Professora Especialista e orientadora deste trabalho de conclusão de curso. E-mail: contabies@unifaj.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo aborda sobre a contabilidade comercial e sua importância para gerenciamento das empresas, analisando a relevância das informações contábeis transmitidas aos gestores/administradores e, a partir disso, observamos como os relatórios financeiros são imprescindíveis para o bom gerenciamento da empresa. O resultado obtido através da contabilidade torna-se essencial para o gerenciamento das aziendas, pois ainda existem, nos dias atuais, clientes de escritórios que possuem a concepção de que a função do contador é apenas efetuar cálculo de impostos, para satisfazer demandas do Fisco. A metodologia centra-se na revisão bibliográfica, análise de documentos relacionados à contabilidade, normas e regulamento que regem a ciência contábil, levando-nos a reconhecer a importância do profissional contábil na execução da contabilidade comercial e das demonstrações contábeis para os administradores nos gerenciamentos de suas atividades garantidos a continuidade. Nesse espaço, a contabilidade e o contador tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento, possibilitando que os gestores tenham controle das movimentações financeiras da entidade. Não basta somente a execução das técnicas para que esse processo de informações se torne útil e confiável para todos, é necessário que a gestão e a contabilidade andem no mesmo caminho, trabalhem juntas para manter o crescimento da entidade. Neste artigo, vimos que a contabilidade é relevante para a visualização das movimentações da atividade empresarial, sendo ela uma ciência que teve que passar por várias transformações para chegar ao nível que vivenciamos ao longo desse trabalho, já que é através das demonstrações contábeis que os gestores podem ter controle da situação patrimonial e financeira da entidade, bem como tomar decisões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade. Demonstrações Contábeis. Empresas.

### **ABSTRACT**

This article discusses commercial accounting and its importance for company management, analyzing the relevance of the accounting information transmitted to the managers / managers and, from this, we observe how the financial reports are essential for the good management of the company. The result obtained through accounting becomes essential for the management of sugar plantations, since there are still today office clients who have the idea that the function of the accountant is only to perform tax calculations to satisfy the demands of the Treasury. The methodology focuses on the bibliographic review, analysis of documents related to accounting, norms and regulations that govern accounting science, leading us to

recognize the importance of the accounting professional in the execution of commercial accounting and financial statements for managers in the management of activities ensured continuity. In this space, accounting and the accountant have become fundamental for the development, allowing the managers to have control of the financial movements of the entity. It is not enough just to execute the techniques so that this process of information becomes useful and reliable for all, it is necessary that the management and the accounting go in the same way, work together to maintain the growth of the entity. In this article, we have seen that accounting is relevant to the visualization of the movements of the business activity, being a science that had to undergo several transformations to reach the level that we experienced throughout this work, since it is through the accounting statements that the managers may have control of the entity's financial and financial situation, as well as make decisions.

**KEYWORDS:** Accountancy. Financial statements. Companies.

## INTRODUÇÃO

A contabilidade, segundo Szuster (2013), é uma ciência social pelo fato de lidar com o patrimônio das empresas. Essa ciência possui como seu principal objetivo mensurar e informar os fatos quantitativos e qualitativos na esfera patrimonial, com ferramentas voltadas à gestão e ao controle, servindo de apoio para a democracia econômica, por ser responsável por informar a sociedade sobre a saúde financeira das entidades.

Para o autor, a contabilidade fornece um tipo de assistência relevante para as empresas, pois o profissional contábil elabora informações cruciais sobre as atividades realizadas por elas. Portanto, nesse estudo defendemos a ideia de que a contabilidade é um processo que está sempre em movimentação, acompanhando o desenvolvimento humano e tecnológico.

A contabilidade, é como um instrumento de produção e análise das informações, faz-se importante não só para os gestores, mas também para toda a sociedade como: os fornecedores, credores, clientes, acionistas, investidores, conselheiros, governos das esferas estaduais, federais, municipais e stakeholders<sup>1</sup> em geral. Com isso, observa-se que as informações contábeis permitem aos interessados avaliar se é viável negociar com a entidade, através da análise de suas contas patrimoniais e financeiras.

De acordo com Iudícibus e Marion (2006), a contabilidade traz como área de atuação toda instituição que opera em atividade econômica, tendo como objetivo consolidar o patrimônio das empresas no campo jurídico ou físico, sendo esse patrimônio concretizado ou

---

<sup>1</sup> *Stakeholder* significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles. Conceito disponível no site: <<https://www.significados.com.br/stakeholder/>>.

não do capital de outra entidade.

Com os apontamentos dos referidos autores em relação à área de atuação da contabilidade, trazemos os pressupostos de Ribeiro (2013), para reiterar sobre a questão do campo de atuação da contabilidade, pois para o estudioso ela abrange as entidades econômicas e financeiras, instituições que agregam em sua estrutura pessoas, patrimônio, sócios, acionistas, capital, ação administrativa e fim determinado.

Essas entidades financeiras classificam-se como entidades com fins econômicos que estão em busca de obter lucros, como as empresas comerciais, industriais, entre outras; as entidades com fins socioeconômicos têm por objetivo reverter os ganhos para seus integrantes, como as associações de classe, entre outros; e as entidades com fins sociais têm como obrigação cuidar da necessidade do meio ao qual pertencem, como a União, o estado e os municípios. Para essas entidades, a contabilidade é essencial para garantir o sucesso de suas operações.

Analisando o exposto acima, compreende-se que a contabilidade comercial é fundamental para as empresas, por se tratar de um instrumento de conferência e comparação de um exercício para o outro, aplicando conhecimentos práticos e teóricos da ciência contábil, na verificação e análise de documentação do patrimônio da empresa num determinado período. Ante esse contexto, esse artigo pretende analisar como é exercida a contabilidade comercial e qual a sua relevância para a empresa?

A motivação central dessa pesquisa é demonstrar a contribuição da contabilidade comercial para a gestão empresarial, pontuando como são tratadas as informações contábeis sob a ótica do contador e do empresário, o papel do profissional contábil, a função desse departamento, destacando como o contador disponibiliza as informações a partir dos dados fornecidos pela empresa, auxiliando o gestor na administração da entidade. Como objetivo específicos temos: analisar como são executadas as técnicas contábeis; o papel do contabilista em relação ao desempenho dos gestores da empresa, a função da contabilidade comercial para as empresas.

O método utilizado é o dedutivo, a metodologia usada é a revisão bibliográfica em livros, sites confiáveis e, posteriormente, alguns documentos que embasam os resultados dos trabalhos de escritórios contábeis, como as declarações tramitadas ao Fisco. Nessa perspectiva, a pesquisa baseia-se em bibliografias de autores que abordam o tema contabilidade comercial, os conceitos das técnicas e modelos de como as demonstrações contábeis são elaboradas, bem como sua representação aos profissionais contábeis no universo empresarial, desempenhando a função de auxiliar os gestores a gerenciar com

v. 1, n. 3 (8): Revista Saber Eletrônico, Jussara, ano 8, n. 03, v. 01, out/dez, 2017 – ISSN 2176-5588

eficiência a atividade empresarial.

O texto é dividido em três tópicos: no primeiro são descritos os conceitos sobre a contabilidade e as técnicas contábeis; no segundo abordamos as formas de comércio, as entidades mercantis e o plano de contas empresarial, como surgiu e sua importância; já no terceiro tópico, descrevemos os principais conceitos de um profissional contábil e sua importância no desenvolvimento da contabilidade.

## 1. CONTABILIDADE

A contabilidade teve seu início com a vontade humana de conhecer seu patrimônio formado por bens, direitos e obrigações. Segundo Ribeiro (2013), a contabilidade tem por finalidade analisar, controlar o patrimônio e as transformações de natureza econômica, principalmente os fluxos de receitas e despesas, por serem elementos determinantes da geração de resultado, lucro ou prejuízo, como também as mudanças que ocorrem no patrimônio líquido. Segundo o autor:

A contabilidade desempenha, em qualquer organismo econômico, o mesmo papel que a História na vida da humanidade. Sem ela não seria possível conhecer o passado nem o presente da vida econômica da entidade, não sendo também possível fazer previsões para o futuro nem elaborar planos para a orientação administrativa (FRANCO, 1991, p. 22).

Com o passar dos anos, o registro da contabilidade vem sofrendo mudanças, pois antes era feito em papéis e na atualidade usamos a tecnologia, por meio de programas de alto nível. Esses registros são relevantes, pois é uma forma de os contabilistas conhecerem a vida econômica e fiscal das empresas.

Evidentemente, o profissional de contabilidade cada vez mais vem conquistando seu espaço na gestão empresarial, não é mais responsável apenas por registrar a documentação de receitas, despesas e custos de uma empresa e, posteriormente, efetuar a apuração dos impostos, mas também pela elaboração de demonstrações contábeis: balanço patrimonial, balancete de verificação, apuração, demonstrações do resultado do exercício, Fluxo de Caixa, entre outros demonstrativos, com a finalidade de auxiliar o administrador na tomada de decisão.

Pereira e Pinto (2014, p. 03) afirmam que a contabilidade está relacionada a quase todas as atividades empresariais, pois para esses pesquisadores é praticamente inviável a existência das empresas sem o auxílio da contabilidade, que surgiu justamente pela necessidade e precisão do homem de obter conhecimento de seu patrimônio. Esses estudiosos relatam ainda que “[...] até mesmo na vida pessoal, onde menos pensamos que exista, a v. 1, n. 3 (8): Revista Saber Eletrônico, Jussara, ano 8, n. 03, v. 01, out/dez, 2017 – ISSN 2176-5588

contabilidade está presente, no dia a dia, no cotidiano de todos, existe justamente para ajudar a controlar e saber de fato sobre as finanças”. Na visão deles, a contabilidade é necessária em todos os momentos na rotina das empresas, passando por vários procedimentos, mudanças e inovações durante a evolução dos anos, até chegar à forma como conhecemos hoje.

Conforme exposto acima pelos autores, com o crescimento do mercado financeiro a contabilidade contribuiu para o avanço econômico, surgindo assim a necessidade de segregar<sup>2</sup> algumas especificações na área contábil, permitindo a adaptação para atuarmos nas organizações existentes, tais como: indústrias, comércios, empresas de agronegócio, entre outras, sempre de acordo com a atividade econômica. Com esses avanços, a Ciência Contábil aprimorou-se para atender à necessidade dos usuários, segmentando-se conforme a característica e utilização de cada informação.

### **1.1 Contabilidade Comercial**

Iudícibus e Marion (2016) conceituam que as atividades comerciais existem dois tipos que separam as entidades mercantis ou comerciais: as entidades comerciais atacadistas, isto é, as empresas que comercializam seus produtos, exemplos os atacadões que vendem em grande quantidade, preços por fardo, um mesmo produto, e as entidades comerciais varejistas, que vendem seus produtos por qualquer quantidade, por unidade, exemplos os supermercados por tanto seus itens vão direto para o consumidor.

Segundo os estudos de Iudícibus e Marion (2016), as operações com mercadoria representam o fator principal das entidades que desenvolvem atividades comerciais, pois o resultado bruto, conhecido como Resultado com Mercadoria-RCM, corresponde (a) 80% da receita líquida, desse resultado de que depende o sucesso das empresas. A apuração do RCM consiste na diferença do valor das vendas (V) menos o valor dos custos de mercadorias vendidas (CMV) no mesmo período. Percebemos que o CMV e o valor das mercadorias comercializadas pelo negociante, portanto, o CMV e o resultado do estoque final mais as compras adquiridas, reduzido do estoque final, no período.

De acordo com Iudícibus e Marion (2016), as empresas são obrigadas pelo governo a pagar alguns tributos, que podem ser impostos, taxas, entre outros, na venda ou compra de mercadoria, ou seja, referente as atividades comerciais temos: Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

---

<sup>2</sup> Significa separar alguma área da contabilidade, levando em consideração o campo de atividade das empresas. v. 1, n. 3 (8): Revista Saber Eletrônico, Jussara, ano 8, n. 03, v. 01, out/dez, 2017 – ISSN 2176-5588

sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS; e Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis – IVVC. Já as taxas podem ser: Programa de Integração Social – PIS; e Contribuição para Financiamento do Patrimônio Público – COFINS, entre outros. Tendo como campo de atuação a entidade comercial, a contabilidade comercial estuda e controla o patrimônio, visando analisar e interpretar as informações e elaborar as demonstrações contábeis.

## **1.2 Técnicas Contábeis**

Segundo Franco (1991), para utilizar a contabilidade é preciso conhecer e entender suas técnicas, como a escrituração, as demonstrações contábeis e a análise de balanço, entre outras, que ajudam o contabilista a demonstrar os dados obtidos nas documentações fornecidas pela entidade, com o intuito de elaborar os relatórios que auxiliam em sua administração.

### **1.2.1 Escrituração**

A escrituração é o registro da movimentação do patrimônio na ordem cronológica, ação que possibilita a verificação do histórico da empresa e do movimento financeiro como a compra e venda de bens, prestação de serviços, pagamento de despesas, registro das receitas, alterações no capital da entidade, entre outros. Para Franco (1991, p. 58) a “[...] escrituração pode ser definida como o registro dos fatos contábeis, segundo os princípios e normas técnico-contábeis, tendo em vista demonstrar a situação econômico-patrimonial da entidade e os resultados econômicos por ela obtidos nos exercícios”, ou seja, as variações patrimoniais são as mudanças ocorridas no patrimônio devidamente registradas na contabilidade por meio das notas fiscais emitidas por ocasião das vendas e compras da empresa, em que o contabilista responsável efetua a escrituração em forma de lançamentos no sistema automatizado de contabilização.

Analisando à da escrituração, percebe-se que a escrituração é composta basicamente por dois elementos: o elemento histórico é o registro do fato em ordem cronológica, em que se tem o caráter de comprovação do patrimônio; já o elemento monetário são os algarismos que mostram as variações monetárias ocorridas no patrimônio em determinado momento.

### 1.2.2 Demonstrações Contábeis ou Financeiras

As demonstrações contábeis ou financeiras são as exposições dos fatores de alteração no patrimônio da entidade registrados primeiramente no balanço patrimonial, representando as mudanças ocorridas nos ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade. Essas demonstrações têm como objetivo fornecer informação da posição patrimonial e financeira da empresa para ajudar os usuários na tomada decisões.

Iudícibus e Marion (2016, pág. 229) asseguram que, dentre os relatórios contábeis, os que têm mais relevância são as demonstrações financeiras, uma denominação utilizada pela lei das S.A, ou as demonstrações contábeis, termo usado por vários contadores. Assim, no fim de cada ano ou exercício social, a empresa, com auxílio da escrituração contábil, é obrigada pela Lei das Sociedades por Ações a elaborar [...] demonstrações financeiras/contábeis que são: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração dos Fluxos de Caixa; e Demonstração do Valor Adicionado que são apenas para as Cias. Abertas”. Essas demonstrações são essenciais para que o gestor tenha conhecimento da situação da empresa e o ajudem nas tomadas de decisão na empresa.

#### 1.2.2.1 Balanço Patrimonial – BP

É formado por várias contas que representam o patrimônio da entidade, possuindo os grupos: ativo, passivo e patrimônio líquido. De acordo com Iudícibus e Marion (2016), de um lado estão os ativos, as contas que representam os bens, como as máquinas, terrenos, dinheiro, veículos, estoques entre outros. As contas de direitos são as contas a receber, como ações, títulos, duplicatas etc. Já no lado do passivo estão registradas todas as obrigações, ou seja, as dívidas adquiridas com terceiros, como fornecedores, os empréstimos e impostos, que devem ser pagos na data de vencimento. O patrimônio líquido representa as aplicações do empresário, desde o capital social, primeira aplicação feita pelo empresário na abertura da entidade, até as contas de reserva, lucro ou prejuízo acumulado, calculados depois da dedução das despesas e custos sobre as receitas obtidas no período. De acordo com o autor:

Balanço patrimonial é a demonstração financeira contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa data, a posição patrimonial e financeira da empresa. [...] deve compreender todos os Bens e Direitos (Ativo), as obrigações (Passivo) e o Patrimônio Líquido da entidade em uma Determinada data (RIBEIRO, 2013, pág. 402).

Com esse enfoque, percebemos que o balanço patrimonial é uma técnica contábil básica para as demonstrações contábeis, servindo para que os gestores tenham controle da aplicação do fluxo do caixa. Além de ser essencial para a busca de novos recursos nas instituições bancárias, capital de terceiros, entre outros. Segue em anexo a demonstração da estrutura do Balanço Patrimonial.

#### *1.2.2.2 Demonstração do resultado do exercício - DRE*

É o documento em que são registradas as receitas, despesas e custos ocorridos no período, sendo necessário para auxiliar o gestor em um momento de decisão permitindo-lhe confrontar suas receitas com as despesas e chegando a um resultado matemático, conforme a movimentação da entidade. Iudícibus e Marion (2016, pág. 242) conceituam que a DRE é uma síntese da receita, despesas e custos de uma empresa no período de 12 meses. A representação se dá de forma dedutiva e na vertical, ou seja, das receitas subtraem-se as despesas, em seguida, indica-se o lucro ou prejuízo. Dessa maneira, as empresas conseguem perceber os valores gastos em suas despesas, verificando se a forma como está sendo operada indica retorno.

Em consonância com essa visão, trazemos o pensamento de Ribeiro (2013, pág. 417), que se refere à DRE como sendo “[...] uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto, é, lucro ou prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento das suas atividades, durante um período que geralmente é igual a um ano”. Esse processo ajuda o gestor na análise do quanto está tendo de despesas, se sua receita está sendo suficiente para efetuar o pagamento de suas despesas, isto é, se está tendo um retorno do que está sendo investido na entidade. Abaixo no anexo, trazemos o modelo da estrutura de uma DRE.

#### *1.2.2.3 Demonstração de lucro acumulado – DLPA*

Com a função de demonstrar como foi efetuada a aplicação do lucro pela administração da entidade, muitos autores referem que essa demonstração é o meio de integrar o BP e a DRE. Com isso, Iudícibus e Marion (2016) destacam que a finalização da DRE ocorre por meio da apuração do lucro líquido ou prejuízo, em seguida é conduzido o valor obtido, seja positivo ou não, demonstrando os lucros ou prejuízos acumulados para efetuar sua distribuição. Sabemos que esse processo ajuda o gestor na análise do quanto está tendo de despesas, se a receita é suficiente para cobrir as dívidas, ou seja, se obteve retorno do

v. 1, n. 3 (8): Revista Saber Eletrônico, Jussara, ano 8, n. 03, v. 01, out/dez, 2017 – ISSN 2176-5588

investimento feito na entidade.

Assim, para Ribeiro (2013, pág. 424), a DLPA “[...] é um relatório contábil que tem por finalidade evidenciar o Lucro líquido do exercício e sua destinação; ou seja, os ajustes contábeis são relativos a resultados de exercícios anteriores; as reversões de reserva bem como os saldos da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados no início e no Final do período”. Por meio dessa demonstração, os gestores são informados da destruição do lucro ou prejuízo da empresa.

Esse aspecto pode ser visto no modelo de DLPA disponibilizado no anexo. Analisando o modelo, verificamos o quanto é relevante para a empresa verificar a distribuição do saldo. Além disso, percebemos que é imprescindível comparar esse saldo de um exercício ao outro, verificando o nível de desenvolvimento da empresa.

#### *1.2.2.4 Demonstração de fluxo de caixa – DFC*

Para Ribeiro (2013), a DFC é um relatório contábil com o intuito de demonstrar as transações ocorridas em um dado período, apresentando as modificações e equivalências no saldo do caixa. Nesse sentido, os seguintes pesquisadores conceituam as informações de fluxo de caixa como sendo importantes para:

As informações dos fluxos de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalente de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalente de caixa, bem como da época e do grau de segurança de tais recursos (IUDÍCIBUS e MARION, 2016, pág. 277).

Assim, é relevante que o gestor tenha conhecimento da situação em que se encontra o seu caixa, para tomar as decisões corretas, a fim de solucionar os possíveis problemas gerados pelo cotidiano na movimentação da empresa. Segue no anexo um modelo da DFC no método direto, que é o recomendado pela IASB<sup>3</sup>.

#### *1.2.2.4 Demonstração de valor adicionado – DVA*

Elas são as informações sobre a riqueza gerada e agregada pela entidade, isto é, corresponde à diferença entre a receita de venda e os custos adquiridos de terceiros. Ribeiro (2013) conceitua DVA como:

---

<sup>3</sup> É o *International Accounting Standards Board* – IASB. Traduzido para o português significa Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, que publica e atualiza as IFRS, as Normas Internacionais de Contabilidade.

[...] um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) bem como a parcela da riqueza não distribuída. [...] tem por finalidade demonstrar a origem da riqueza gerada pela empresa, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para sua geração (RIBEIRO, 2013, pág. 440).

De acordo com alguns autores, a DVA é uma demonstração com informação de natureza social, diferente das demais exigidas por Lei. Lembrando que em determinado período o valor adicionado gerado pela empresa representará o quanto ela contribuiu para a elaboração do PIB. Segue no anexo um modelo da demonstração de DVA.

### 1.2.3 Análise de balanço

Matarazzo (2008) conceitua a análise de balanço como sendo responsável por o modificar-se dados fornecidos pelas demonstrações financeiras ou contábeis da empresa, transformando os fatos contábeis em informações úteis para os gestores, portanto, seu objetivo é abstrair informações para a tomada de decisões. Este autor afirma que:

O analista de balanço preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando (MATARAZZO, 2008, pág. 17).

Como podemos observar, a análise de balanço deve ser feita de forma eficiente, para isso é necessário que a demonstração contábil tenha sido elaborada corretamente, pois, se ela não foi feita com veracidade, pode ocorrer de o analista passar informações equivocadas para os gestores. Os resultados obtidos na análise devem ser apresentados de maneira que qualquer pessoa possa entender seu conteúdo. Matarazzo expõe o que deve compor o relatório de análise financeira em lugar dos dados:

O grau de endividamento da empresa encontra-se em nível razoável em relação ao ramo de atividade; entretanto, vem crescendo de maneira indesejável, pois há dois anos podia ser considerado bom. A composição do endividamento mostra um perfil de dívida insatisfatório devido à excessiva participação das obrigações de curto prazo. Já a liquidez da empresa pode ser considerada boa (MATARAZZO, 2008, pág. 18).

Portanto, no parágrafo acima foi descrito como se deve elaborar um relatório, com as informações extraídas pela análise de balanço, apontando os resultados obtidos nas demonstrações, de forma que os gestores entendam a situação da entidade.

Matarazzo (2008) destaca que se pode fazer uma listagem das informações produzidas no decorrer da execução da análise de balanço, focando na situação financeira e econômica,

desempenho, eficiência na utilização dos recursos, pontos fortes e fracos, quadro evolutivo, evidência de erros da administração e outros aspectos relevantes para o desenvolvimento da atividade econômica e financeira da entidade. Além disso, reforçamos a ideia de que a análise de balanço é essencial para os gestores conhecerem os resultados que a demonstração financeira proporciona, com informações sobre cada elemento contábil, sendo essa uma prática que ocorre há anos no mercado contábil. Assim:

A necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto a própria origem de tais peças. Nos primórdios da Contabilidade, quando esta se resumia, basicamente, à realização de inventários, já o “analista” se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias de bens incluídos em seu inventário. É muito provável que já realizasse algum tipo de análise *horizontal ou vertical* (IUDÍCIBUS, 2012, pág. 01).

Com essa informação sobre a atuação do analista, percebemos que sua prática está associada à análise vertical ou por coeficiente, que ocorre quando é feita uma comparação de cada composição da demonstração com o valor total do conjunto, o resultado é obtido em forma de porcentagem. Por outro lado, a análise horizontal, ou análise por meio de números-índices, evidencia a evolução de cada elemento da demonstração ao longo dos anos, isto é, torna possível observar o desenvolvimento de cada conta, em determinado período.

Com isso, é necessário utilizar a análise de balanços para fazer decomposição, comparação e interpretação dos índices das demonstrações, sendo que o responsável por traduzir esses dados é o profissional contábil, disponibilizando aos interessados as informações sobre os bens patrimoniais, sejam analíticas e focadas no resultado da atividade econômica.

## 2. NOÇÕES DE COMÉRCIO E INSTITUIÇÕES COMERCIAIS

Nesse momento, se faz necessário explicitar a visão de Iudícibus e Marion (2002, p. 25) sobre a definição da função do comércio, que para eles é um ato de troca de mercadoria por dinheiro ou por outra mercadoria. Sabemos que essa necessidade de obter algo, consumir ou adquirir faz parte do ser humano desde seu nascimento, conhecida por muitos como atividade comercial, que em seu processo de execução aproxima os homens uns dos outros, seja por necessidade ou não. Esses autores discorrem em sua obra que atividade comercial é relevante na área contábil, por deixar disponível uma variedade de bens e serviços aos consumidores, para atender às necessidades do homem: “neste sentido, diz-se, também, que o comerciante é a pessoa física ou jurídica que aproxima vendedores e compradores, levando-os a completar uma operação comercial, ou seja, a troca de mercadoria por dinheiro ou por

mercadoria”. É desse modo que acontecem as transações comerciais entre dois indivíduos com interesses mútuos.

Já o outro pesquisador traz uma distinção entre comércio, indústria e agricultura:

Na acepção ampla, comércio é intercâmbio, e na atividade industrial pratica-se também o intercâmbio de matérias-primas, de mão-de-obra e outras essenciais à transformação dos materiais em produtos. Para se evitar essa confusão entre comércio e indústria é que devemos considerar como *comércio* apenas a atividade mediadora, com fito de lucro, e *indústria* como conjunto de atos de transformação exercidos sobre a matéria-prima, adaptando-a à satisfação das necessidades humanas (FRANCO, 1996, pág. 36).

Desse modo, observamos que a movimentação comercial está voltada para as transações de mercadorias, produtos ou serviços entre indivíduos, com o intuito de obter lucro nos negócios. Já a indústria promove o intercâmbio na produção dos produtos, feitos a partir da matéria-prima obtida pelo contato com os produtores. Como vimos, uma atividade depende da outra para sobreviver, e esse intercâmbio é praticado com a finalidade de dar continuidade às atividades das empresas.

Assim como a contabilidade, o comércio teve origem na Antiguidade, e um dos povos que mais fez uso desse método foram os fenícios, isso se deu devido à localização geográfica que facilitava o câmbio de mercadoria. Já no Brasil essa atividade foi desenvolvida no início do século XIX. Conforme expõem os autores:

O Brasil tem, desde a época da abertura dos portos, no início do século XIX, desenvolvido ampla vocação para as atividades comerciais, tanto interna quanto externamente, favorecido pela excepcional variedade de produtos primários e secundários que produz, bem como prêmio pela necessidade de importar outros bens de capital dos quais era carente, até pouco tempo (IUDÍCIBUS E MARION, 2002, pág. 26).

O sucesso do Brasil com as práticas comerciais está ligado com o clima tropical e terras férteis, aspectos favoráveis ao cultivo e criação de animais. Essa riqueza possibilitou ao país ter uma variedade de matérias-primas para a produção de produtos, porém faltavam os equipamentos, a saída foi comercializar as matérias, exportando e importando os artigos. É relevante ressaltar que, ao longo dos anos, essa comercialização foi ganhando força devido à era capitalista. Entretanto, para que a contabilidade comercial seja utilizada de forma correta, possibilitando a absorção das informações e das demonstrações contábeis, é necessário compreender alguns conceitos gerais. Como postula o autor, a contabilidade:

É a ciência (ou técnica, segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 1991, pág. 21).

De acordo com o referido teórico, a contabilidade tem como campo de aplicação a entidade econômico-administrativa. Observe o trecho abaixo:

Toda vez que encontrarmos um patrimônio em movimentação, sofrendo variações aumentativas, diminutivas ou específicas, gerada pelo trabalho humano desenvolvido sobre os elementos que formam, estaremos diante de uma entidade econômico-administrativa. Há, ainda, além do patrimônio e do trabalho humano desenvolvido sobre ele, um elemento que coordena o trabalho e os componentes patrimoniais, dirigido ambos para seu fim – é a administração (FRANCO, 1991, pág. 39).

Como vimos na citação, é necessário ter atenção sobre as movimentações patrimoniais, evitando possíveis perdas. Dessa forma, é pertinente fazer uma análise do mercado, pois essa atitude gera economia nos gastos. Para que isso ocorra é imprescindível pessoal qualificado para gerir a empresa, que conheça sobre finanças e o comércio, surgindo assim no mercado contábil o administrador que atua também como contador.

Essas mudanças comerciais ocorreram devido à expansão do comércio, gerada pelo surgimento do capitalismo, o que, por sua vez, possibilitou o crescimento das empresas, ou seja, aumentando as movimentações direcionadas para as compras e vendas de mercadoria ou matéria-prima. Para esse tipo de atividade, era necessário um estudo de preços e qualidade dos produtos a ser comprados, sendo que essas atividades eram praticadas por empresas comerciais ou mercantis.

## 2.1 Entidades Mercantis ou comerciais

As empresas são todas as instituições com ou sem fins lucrativos, todavia, são intituladas como empresas privadas, por serem constituídas por um ou mais sócios, tais como supermercados, lojas, indústrias etc.; as públicas são de responsabilidade do governo, como as prefeituras, os postos de saúde e as escolas públicas. Segue abaixo a conceituação sobre a constituição da empresa:

Empresa é toda entidade econômica, isto é, com fim lucrativo. Muitos autores têm procurado traduzir o termo italiano *azienda* pela palavra *empresa*, porém o termo italiano é mais amplo, abrangendo também as entidades sem finalidade econômica, ou seja, sem finalidade de lucro. Assim, toda entidade que se constitui, sob qualquer forma jurídica, para exploração de atividade econômica, seja ela mercantil, industrial, agrícola ou de prestação de serviços, é uma empresa (FRANCO, 1996, pág. 14).

Por meio dos estudos desses autores sobre as empresas, ressaltamos também o pensamento de Iudícibus e Marion (2006), que destacam que a formação da sociedade ocorre por um acordo espontâneo entre ambas as partes interessadas, podendo ser de duas ou mais pessoas que trabalham juntas para chegar a um objetivo comum, sendo classificadas como sociedade civil, comercial ou mercantil.

No que tange à sociedade civil, pontuamos que é um tipo de prestadora de serviços com ou sem visão de lucratividade, porém não participa do comércio, como as clínicas, instituições de ensino, entre outras. No entanto, por meio de suas sociedades, são tidas como comerciais sempre, por serem regidas por leis comerciais e também por estabelecerem-se como sociedades anônimas e por serem consideradas como entidades comerciais.

Já as sociedades comerciais ou mercantis são as que, estando de acordo com as leis do país, praticam atividade comercial visando lucratividade. Sua finalidade é comercializar produtos (compra e venda), podendo se interpor como usuários (fornecedores e consumidores), o que determina se uma sociedade é mercantil ou não é o ramo de atividade exercida pela entidade.

Assim, quando abrimos uma empresa, ela pode ser civil ou comercial, dentro desses aspectos. Para Iudicibus e Marion (2002), elas podem ser classificadas como ilimitadas ou limitadas, dependendo da quantidade de pessoas que fazem parte dela. Na limitada, a responsabilidade é dos sócios; se houver falência, os bens particulares podem ser confiscados, como a sociedade em nome coletivo; na ilimitada, a responsabilidade está ligada ao limite do montante do capital social; caso ocorra falência e se o capital não estiver completo, o sócio tem que integralizar o valor que falta, como sociedade por quota de responsabilidade limitada, entre outras.

Portanto, a reponsabilidade do sócio se diferencia dependendo do tipo de sociedade formada, podendo ser ilimitada ou limitada. No anexo desse trabalho, está inserida uma tabela da natureza jurídica e qualificação do quadro societário, para que possam ser identificados os tipos de empresas existentes e como são denominados seus sócios. Assim, vimos no decorrer dessa pesquisa que há muitas entidades no ramo de atividade comercial, de várias naturezas, como a Sociedade Empresária Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de natureza empresarial), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de natureza simples), Associação Privada, Contribuinte Individual.

### 2.1.1 Livros Contábeis

A escrituração é conceituada por Ribeiro (2013) como uma técnica contábil com a função de registrar em livros (Razão, Caixa e Diário), vista como forma de assegurar a veracidade do fato ocorrido em toda a movimentação da empresa no decorrer de cada período, movimentações que podem alterar a atual e futura situação financeira e econômica da

entidade. Veja o trecho abaixo em que Ribeiro (2013) refere sobre a lei que fala da obrigatoriedade da empresa de fazer a escrituração:

Segundo estabelece o artigo 1.179 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), todas as empresas (sejam elas caracterizadas como empresário - antiga empresa individual - ou como sociedade empresária) estão obrigadas a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva. O controle contábil das empresas começa com a escrituração dos atos administrativos relevantes e de todos os fatos administrativos no livro Diário, completando-se depois nos demais livros de escrituração (RIBEIRO, 2013, pág. 50).

Como foi visto, a única exceção a esta obrigatoriedade são os empresários conhecidos como microempresário individual (MEI) com receita bruta de até R\$ 60.000,00 por ano. As outras entidades devem fazer a escrituração exigida pela lei, são elas, as Microempresas (Me) com receita bruta de R\$ 360.000,00, inferior a esse valor durante o ano; as Empresas de Pequeno Porte (EPP) com receita anual acima de R\$ 360.000,00 e igual ou menor a R\$ 3.600.000,00, em que também está enquadrada no sistema do Simples Nacional<sup>4</sup>, até que sua movimentação acarreta em desenquadramento desse sistema.

De acordo com Ribeiro (2013), os livros de escrituração podem ser classificados em várias etapas, quanto a sua utilidade, por registrar os principais eventos que ocorrem diariamente na empresa, sendo os livros Razão e livro Diário. No tocante aos livros auxiliares, esclarecemos que eles são para eventos específicos, registrados nos livros fiscais, livros Caixa, dentre outros que dão apoio aos livros principais. Quanto à sua natureza, lembramos que segue a ordem cronológica, de acordo com o dia, mês e ano. Esse tipo de registro é destinado à escrituração mercantil.

Além desses livros, temos também os sistemáticos, que seguem o evento da mesma natureza, como o livro Caixa usado apenas para registrar a entrada e saída de dinheiro. São livros obrigatórios e exigidos pelas legislações civil, comercial, tributária, societária, dentre outras. Como exemplo temos os livros diários (civil), livro de registro de duplicatas (comercial); no âmbito federal: livro Caixa, livro Razão, entre diversos; no estadual: registro de entrada, registro de saída, dentre outros; e municipal: livros de nota fiscais, entre outros (tributária); e o livro de registro de ações normativas, entre outros (societária), e os Facultativos, que não são obrigatórios, mas servem de apoio para os livros exigidos legalmente. Estes são conhecidos como livros auxiliares, como o livro de conta corrente, os livros controle de contas etc. Cada um desses livros de registro tem sua finalidade tanto para a empresa como para o Fisco.

---

<sup>4</sup> É um regime de tributação simplificado criado pelo governo em 2006, para facilitar o para facilitar a arrecadação de tributos de pequenas empresas.

### 2.1.2 Plano de Contas

O Plano de Contas é uma forma de registrar as contas, serve para ajudar a contabilidade a executar suas tarefas, pois é através de suas orientações que ocorre o lançamento da movimentação da empresa no sistema utilizado pelo contabilista, que conseqüentemente faz os lançamentos no livro diário. Nesse sentido, Iudicibus e Marion (2002, p. 67) enfatizam que o “[...] Plano de Contas é estruturado de forma ordenada e leva em consideração algumas características fundamentais, tais como: tamanho da empresa, ramo de atividade em que a empresa opera, sistema contábil (equipamentos contábeis), interesses dos usuários, etc.”

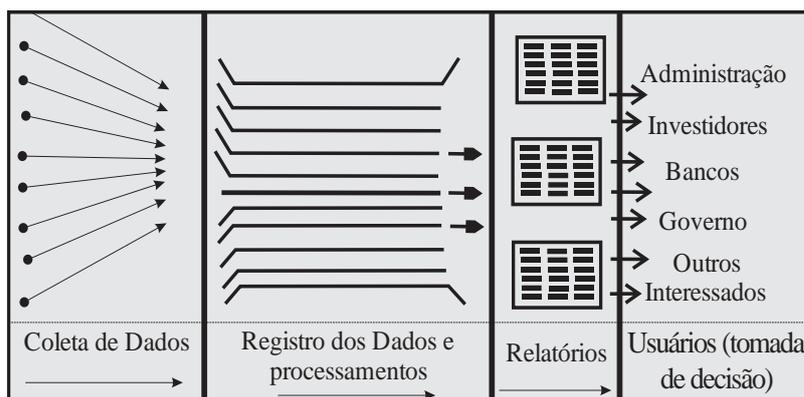
De acordo com os referidos autores, o Plano de Contas se inicia com a numeração 1, para as contas dos ativos; passivo com 2; 3 para contas do patrimônio líquido; nas contas de receitas e deduções de receitas é 4 e 5 para as dedutivas de resultados, tais como: custos, despesas, entre outras. Depois os dígitos que classificam se são contas circulantes ou não circulantes etc.; em seguida, o grupo ao qual pertencem e assim por diante. É importante saber para qual conta está sendo feito o lançamento, essa é uma forma de ter controle detalhado da atividade da empresa e para elaboração dos livros.

Com foi discorrido neste tópico, focamos em apresentar algumas responsabilidades das empresas diante da sociedade, responsabilidades essas imprescindíveis para continuar exercendo suas atividades, sempre respeitando a legislação. O próximo tópico refere-se ao contador e sua responsabilidade para com o administrador.

## 3. O PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

Na visão de Iudicibus e Marion (2006), o contador é visto de forma equivocada pelos interessados em seus serviços, pois as pessoas têm a concepção de que o trabalho contábil é apenas para cumprir as necessidades de prestação de contas ao Fisco, porém isso não é verdade, pois uma das vantagens de ter vínculo com um contador é justamente o administrador ter conhecimento da circunstância em que (se) encontra sua empresa, ou seja, sua rentabilidade. Para compreender a função do contabilista, observemos algumas etapas utilizadas por ele ao executar esse trabalho:

**Quadro 1:** Etapa do trabalho contábil



Fonte: (IUDÍCIBUS E MARION, 2006, pág. 43).

Com essa demonstração, vimos que existem várias ações para serem executadas na contabilidade, cujas finalidades são específicas, por exemplo: administração: o gestor/administrador necessita dos relatórios contábeis, para acompanhar o funcionamento da empresa, no processo de tomada de decisões, busca de investimentos, entre outros; os investidores: é o que busca nos relatórios contábeis saber da capacidade da empresa de gerar lucros, analisando a possibilidade de investir ou não, dependendo da situação econômica e financeira da entidade; os bancos: necessitam dos relatórios contábeis para estudar a possibilidade de liberação de empréstimo, limite de crédito, entre outras necessidades bancárias da empresa; o governo: utilização das informações dos relatórios contábeis para arrecadação dos impostos, como também para coleta de dados necessários para melhorar a economia do país, por exemplo, o IBGE; e outros interessados: os colaboradores/empregados, alguns institutos, como CMV, CRC, entre outros, para terem conhecimento da saúde de determinada entidade.

Como afirmam Iudícibus e Marion (2006), o profissional contábil não é responsável apenas pelo interesse do Fisco, como foi visto na tabela acima. Seu trabalho abrange todos os meios que necessitam das demonstrações contábeis, para que a tomada de decisão seja a mais correta possível. Lembrando que as informações contábeis não devem circular apenas na área interna da entidade, também precisam ser de caráter externo como vimos no quadro, pois há muitos interessados nos relatórios contábeis.

### 3.1 Principais Departamentos do Escritório Contábil

Em um escritório de contabilidade, há muito serviços a ser realizados, por isso os contadores dividem seu trabalho em alguns departamentos. Nesse estudo, focamos apenas nos três mais utilizados:

No departamento Fiscal ocorrem os lançamentos de entrada e saída, para se ter um valor das receitas e das despesas, apurando o faturamento da entidade naquele período (mês), a empresa optante pelo Simples Nacional, cuja tributação está de acordo com os anexos, respeitando a atividade em que atua, tem prazo até o dia 20 de cada mês para gerar guias de DAS - Documento de Arrecadação do Simples Nacional e efetivar seu pagamento. Já as empresas do lucro presumido têm que gerar os guias de tributos (CSSL<sup>5</sup>, ICMS<sup>6</sup>, COFINS<sup>7</sup>, PIS<sup>8</sup>, IPI<sup>9</sup>, IRPJ<sup>10</sup>, entre outros), enquanto no Simples estão incluídos em uma única guia.

Ao relacionarmos essas mudanças ao faturamento da entidade, é preciso elaborar algumas declarações a serem transmitidas aos órgãos responsáveis por elas, como o Sintegra - Sistema de Integração sobre operações Interestaduais com Mercadoria e Serviços, com a função disponibilizar de forma fácil as informações dos contribuintes. São tidos como fiscos estaduais, por permitirem o controle informatizado, com operações de entrada e saída interestaduais efetivadas pelo contribuinte de ICMS.

O Sped fiscal é conhecido como EFD - Escrituração Fiscal Digital, por ser um arquivo digital, com documentação fiscal e outras informações de interesse do Fisco, seja na esfera estadual, seja na federal. Entretanto, deve ser entregue mensalmente, por ter a função de informar sobre a apuração de ICMS e IPI ao órgão dos Fazendários e Receita Federal. O prazo para a entrega dessa declaração é até 15 (dias) do mês subsequente.

O Sped Contribuição, também conhecido como EFD, é responsável pela informação sobre Pis/Pasep, Cofins e contribuição da Previdenciária sobre a receita, transmitida aos fiscos com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas, também os custos, despesas, encargos e aquisições, entre outros, elaborada mensalmente e entre até o 10º (décimo) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao de apuração.

Todos os speds podem ser baixados ou pesquisados no site da receita, inclusive os speds gerados apenas uma vez no ano: sobre a Escrituração Contábil Fiscal - ECF<sup>1</sup> e a Escrituração Contábil Digital, não encontramos muita informação, nem mesmo o manual que explica como é gerada a declaração. A declaração denominada DCTF<sup>11</sup> é a declaração Débitos e Créditos Tributários Federais, ela é obrigatória e sua função é informar os tributos e contribuições apurados mensalmente. No anexo segue um modelo de um DCTF.

<sup>5</sup> Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

<sup>6</sup> Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.

<sup>7</sup> Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

<sup>8</sup> Programa de Integração Social.

<sup>9</sup> Imposto sobre Produtos Industrializado.

<sup>10</sup> Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica.

<sup>11</sup> Para mais informações consulte o site < <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dctf-declaracao-de-debitos-e-creditos-tributarios-federais/orientacoes-gerais>>.

O departamento Pessoal é conhecido por muitos como “ departamento de RH”, ou seja, recursos humanos, responsável pelo registro da contratação e dispensas dos funcionários, elaboração da folha de pagamento, dos contracheques, que são os comprovantes de pagamento, também da geração do tributo de FGTS<sup>12</sup> dos com funcionário contratados pela entidade, entre outros. Esse tipo de serviço é destinado às empresas com funcionário registrado na carteira.

Como também é obrigatório que todas as empresas gerem a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – Rais<sup>13</sup>, feita uma vez a cada ano, geralmente até março. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados<sup>14</sup> (CAGED) tem a função de informar ao Ministério do Trabalho a entrada e saída dos funcionários das empresas, é obrigatória para todas, sendo que o prazo para sua entrega é até o dia sete de cada mês. Esse trabalho realizado pelo escritório é fundamental para os gestores terem controle dos funcionários da entidade e para evitar as sanções, caso sigam o que está descrito pela legislação.

E o departamento contábil é responsável por separar cada lançamento em sua devida conta, tendo como método as partidas dobradas<sup>15</sup>, que serve para ajudar tanto na geração dos livros fiscais como na dos livros diários. São registros que dependem de cada conta, ou seja, como foi executada.

Todos esses departamentos fazem uso de programas específicos para efetuar o trabalho contábil, por exemplo, os programas da Tron, Netspeed, entre outros, pois estão sempre sendo atualizados, devido às mudanças que ocorrem no sistema contábil. Vimos nos parágrafos acima que, ao longo dos anos, houve numerosas mudanças nas práticas contábeis, principalmente na legislação e no método utilizado na execução do contador, que deixou de ser manual, passando a ser eletrônico. Esses avanços aceleraram os contratos sociais, que demoravam mais de mês para ficarem prontos. Hoje é questão de dias, pois tudo é feito do escritório para o sistema do órgão responsável pelo registro, sendo um deles a junta comercial que criou o portal do empregador goiano<sup>16</sup>, onde são validadas as inscrições, alterações e o fechamento das entidades.

---

<sup>12</sup> Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

<sup>13</sup> Para mais informações consulte site <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>>.

<sup>14</sup> Para mais informações consulte o site <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>>.

<sup>15</sup> Para mais esclarecimentos consulte o site:

<[http://www.portaldecontabilidade.com.br/contabil/partidas\\_dobradas.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/contabil/partidas_dobradas.htm)>.

<sup>16</sup> Para maior clareza consulte o site: <<http://www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br/>>.

## CONCLUSÃO

Concluimos que, apesar da dificuldade enfrentada pelos administradores e contadores, uma entidade só consegue êxito se eles trabalharem juntos.

Procuramos demonstrar que a contabilidade é um fator indispensável para a continuidade das empresas, pois sem ela não haveria uma definição de ativo e passivo, despesa ou receita, lucro ou prejuízo, contas usadas para a verificação do patrimônio de uma instituição. Além disso, vimos que a contabilidade comercial é responsável pela escrituração dos livros contábeis, pela elaboração das demonstrações contábeis e outras ações imprescindíveis para o funcionamento das empresas.

Como foi conceituado, a contabilidade é importante para evitar que os gestores fiquem focados apenas em sua meta de maximizar o lucro, sem perceber que há várias maneiras de ter uma rentabilidade melhor e ainda obter uma redução dos gastos, pois muitas vezes fazem opções erradas que acabam por colocar a empresa em risco. Ainda hoje, temos gestores que têm a opinião de que contabilista só serve para gerar impostos, o que não é verdade, pois ele também pode, por exemplo, fazer demonstrações contábeis, análise de balanços, observar os níveis de endividamento e a rentabilidade da entidade, auxiliando o gestor nas tomadas de decisão.

Foi colocado no tópico o conceito de contabilidade e as técnicas utilizadas para a elaboração da demonstração contábil e como traduzir em relatórios contábeis. Ficou evidente que essa é uma das responsabilidades do contabilista, sendo que os procedimentos devem ser repassados, desde os resultados. Essa é uma informação relevante, pois é uma maneira de a empresa não cometer ilegalidades, já que os órgãos verificam se as informações estão de acordo com os documentos. As que foram registradas no banco de dados dos órgãos fiscalizadores, se estiverem divergentes, podem acarretar penalidade tanto para a empresa como para o contador, que pode responder a processos penais, já que nenhuma empresa tem autorização de exercer atividade sem um representante legal, que no caso é o contador, que se responsabiliza pelas informações prestadas por seu cliente. Por isso e outros fatores, a contabilidade comercial é essencial para o desenvolvimento da entidade.

Desse modo, cada departamento existente em escritório contábil tem seu papel para auxiliar o contabilista em exercer sua função. Assim, o trabalho é feito por departamentos, como o fiscal, pessoal, contábil, entre outros, responsáveis pela elaboração dos impostos, demonstrações contábeis e relatórios financeiros, com a finalidade de diagnosticar a saúde financeira da empresa e prevenir possíveis males em seu patrimônio.

Portanto, esse processo auxilia o gestor na tomada de decisões, pois é através das informações adquiridas como resultado do trabalho contábil que o empresário tem acesso ao nível de endividamento da empresa, seu lucro acumulado ou prejuízo, qual o montante disponível para um possível investimento, vendo se é viável ou não, servindo também para checar as informações antes de qualquer decisão, pois o gestor tem que estar informado sobre a situação da empresa e quais medidas podem ser tomadas para melhorar o desenvolvimento da entidade.

Durante a elaboração deste trabalho, deparamos com muita informação relevante, que nos ajuda a enxergar as transformações que a contabilidade sofreu devido ao aumento da população, focamos no crescimento do capitalismo e no avanço tecnológico, por levar a contabilidade a evoluir nos tempos de hoje. Essa evolução foi feita por programas, com especificações para atender às várias áreas da contabilidade, como: contabilidade comercial, que nos fornece meios de conhecer o patrimônio da empresa detalhadamente, por exemplo as técnicas contábeis que disponibilizam várias formas de obter informações sobre o desenvolvimento da entidade, tais como: as demonstrações contábeis, que fornecem dados relevantes sobre os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, bem como as informações obtidas através da análise de balanços que faz a coleta e tradução dos resultados encontrados nas demonstrações.

Essas informações traduzidas pela análise de balanços são importantes para o gestor entender como sua empresa está sendo operada e verificar se há problemas a ser solucionados. Por essas e outras razões é fundamental que as empresas tenham um contador responsável por ela, como foi afirmado em várias partes do texto, pois a contabilidade comercial ajuda as empresas a crescer.

Enfim, diante do que foi explicado neste artigo, percebe-se o quanto as empresas necessitam da contabilidade comercial e do comprometimento do profissional contábil, em seu desenvolvimento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** Balanço Patrimonial. Disponível em: <[www.boletimcontabil.com.br/r2/Artigos/anal\\_trad.html](http://www.boletimcontabil.com.br/r2/Artigos/anal_trad.html)>. Acesso em: 26/10/2017 09h30min.

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** Demonstração do Resultado do Exercício. Disponível em: <[www.boletimcontabil.com.br/r2/Artigos/anal\\_trad.html](http://www.boletimcontabil.com.br/r2/Artigos/anal_trad.html)>. Acesso em: 26/10/2017 09h30min.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2006.

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/image/camaraTecnica/dlpa.jpg>>. Acesso em: 27/10/2017 11h30min.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**. Disponível em: <[http://www.ipecont.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/04/clip\\_image002.gif](http://www.ipecont.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/04/clip_image002.gif)>. Acesso em: 27/10/2017 14h56min.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Demonstração do Valor Adicionado – DVA: estudo e análise**. Disponível em: <<http://www2.unafisco.org.br/tributacao/41/report03.htm>>. Acessado em: 27/10/2017 15h59min.

DIAS, Regina Lúcia De Carvalho Januário: **A CONTABILIDADE COMO FONTE DE INFORMAÇÃO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR DE SERVIÇOS: UM ESTUDO NO BAIRRO DA BARRA DA TIJUCA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 2009 A 2010**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/2818/regina-lucia-de-carvalho-januario-dias-completa.pdf>>. Acesso em: 10/09/2017 15hrs 26 min.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 22. Ed. São Paulo: Atlas, 1921.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Comercial**. 13 Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei nº 11.941/09**. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Comercial**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanço**. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORRIS, M.J. **Iniciando uma Pequena Empresa com Sucesso**. São Paulo: Makron, McGraw- Hill, 1991.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanço: abordagem básica e gerencial**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Fernanda A Santos; PINTO, Rafael Silva: **A contabilidade comercial: o papel do contador no gerenciamento da empresa**. Disponível em: <[http://www.unifaj.edu.br/revistas/01\\_2015/artigo2.pdf](http://www.unifaj.edu.br/revistas/01_2015/artigo2.pdf)>. Acesso em 25/04/2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial Fácil**. 18. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Geral Fácil**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Tabela de Natureza Jurídica e Qualificação do Quadro de Sócios e Administradores**. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/tabelas/NatJurQualificaSocioAdm.htm>>. Acesso as: 07/09/2017 16h00min.

SÁ, Antônio Lopes de. **Princípios Fundamentos de Contabilidade**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Acilon Batista de: **Contabilidade de empresas comerciais**. São Paulo: Atlas, 2002.

SZUSTER, Natan. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CONTA AZUL BOLG. **O QUE É SIMPLES NACIONAL?** Disponível em: <<https://blog.contaazul.com/o-que-e-simples-nacional/>>. Acesso as: 12/10/2017 16h30min.

JUCEG: Junta Comercial do Estado de Goiás. **Portal do Empreendedor Goiano**. Disponível em: <<http://www.juceg.go.gov.br/>>. Acesso em 13/10/2017 18h00min.

MINISTERIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregador e Desempregados – CAGED**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>>. Acesso em: 13/10/2017 18h30min.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Partidas Dobradas**. Disponível em: <[http://www.portaldecontabilidade.com.br/contabil/partidas\\_dobradas.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/contabil/partidas_dobradas.htm)>. Acesso em: 13/10/2017 17h30min.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Regime de Competência Contábil**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/regcompetencia.htm>>. Acesso em: 13/10/2017 17h49min.

RECEITA FEDERAL: Ministério da Fazenda. **DCTF-Orientações Gerais**. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dctf-declaracao-de-debitos-e-creditos-tributarios-federais/orientacoes-gerais>>. Acesso as: 13/10/2017 16h00min.

RAIS: Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>>. Acesso em 13/10/2017 17h11min.

SPED: Sistema Público de Escrituração Digital. **Escrituração Fiscal Digital - Sped - Fiscal**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/523>>. Acesso em: 12/10/2017 17h 20 min.

SPED: Sistema Público de Escrituração Digital. **Escrituração Contribuição Digital - Sped Contribuições**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/284>>. Acesso em 15h24min.

SPED: Sistema Público de Escrituração Digital. **Escrituração Contábil Digital - Sped Contábil**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>> . Acesso em 13/10/2017 16h30min.

SPED: Sistema Público de Escrituração Digital. **Escrituração Contábil Fiscal - Sped Contábil Fiscal**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1285>>. Acesso em: 13/10/2017 16h00min.

**SIGNIFICADOS. Significado de Stakeholder.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/stakeholder>>. Acesso em: 26/10/2017 09h13min.

# **ANEXOS**

## ANEXO 1

## Modelo Balanço Patrimonial

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	20X3	20X4	
Ativo Circulante			Passivo Exigível a Custo Prazo
Disponibilidades			Passivo Circulante
Caixa			Fornecedores
Bancos			Obrigações Sociais
Aplicações Financeiras			Impostos a Recolher
Realizável a Curto Prazo			Salários a Pagar Emprest. E Financiamentos
Clientes			Provisões
Estoques			Passivo Exigível a Longo Prazo
Impostos a Recuperar			Passivo Exigível a Longo Prazo
Ativo Realizável a Longo Prazo			Emprest. E Financiamentos
Ativo Realizável a Longo Prazo			Provisões
Clientes			Resultado de Exercícios Futuros
Outros Créditos			Resultado de Exercícios Futuros
Ativo Permanente			Resultado de Exercícios Futuros
Imobilizado			Participação de Minoritários
Bens em Operação			Patrimônio Líquido
(-) Depreciação / Amortização Investimentos			Capital Social
Investimentos			Capital Social
Investimento em Coligadas			Reservas
Investimento em Controladas			Reserva de Lucro
Ágio na Compra de Investimentos			Reserva de Capital
(-) Realização do Ágio Diferido			Resultados
Diferito			Resultado do Exercício
Despesas Pré-Operacionais			
(-) Amortização			
Total do Ativo			Total do Passivo

Fonte: Boletim Contábil (?).

## ANEXO 2

**Modelo demonstração do resultado do exercício**

DRE	20X3	20X4
Receita Bruta de Vendas		
Vendas de Produtos		
(-) Dedução de Vendas		
Impostos Incidentes Sobre Venda		
Devoluções		
Descontos Incondicionais		
(=) Receita Líquida de Vendas		
(-) Custos		
Custo de Produto Vendido		
(=) Lucro Bruto		
(-) Despesas Operacionais		
(-) Vendas		
Pessoal		
Fretes		
Aluguel		
(-) Administrativas		
Pessoal		
Aluguel		
Telefone		
(-) Tributárias		
Taxas Municipais		
Taxas Estaduais		
Taxas Federais		
(+/-) Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(=) Lucro Operacional		
(+/-) Resultado Não Operacional		
Receitas não Operacionais		
Lucro na Venda de Ativos Imobilizados		
(-) Despesas não Operacionais		
(-) Contas Analíticas		
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
(-) Provisão Para Imposto de Renda e Contribuição Social		
Provisão Para Imposto de Renda e Contribuição Social		
(=) Lucro Antes das Participações		
(-) Participações e Contribuições		
Participações e Contribuições		
Debêntures		
Empregados		
Administradores		
Partes Beneficiárias		
Fundos de Assistência e Empregados		
(=) Lucro Líquido do Exercício		
(=) Lucro Por Lote de Mil Ações		

Fonte: Boletim Contábil (?).

## ANEXO 3

## Modelo Demonstração de Fluxo de Caixa Método Direto

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
Valores em Reais

	Ano X1	Ano X0
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos:	X	X
Recursos Governamentais	X	X
Projetos Incentivados	X	X
Doações e Parceiras	X	X
Recebimentos de Juros	X	X
Pagamentos:		
Fornecedores	(X)	(X)
Impostos	(X)	(X)
Salários	(X)	(X)
Juros	(X)	(X)
Despesas Antecipadas	(X)	(X)
Contas Diversas	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Recebimento pela Venda de Imobilizado	X	X
Pagamento pela Compra de Imobilizado	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Recebimento por Empréstimos	X	X
Pagamento de Empréstimos	<u>(X)</u>	<u>(X)</u>
<b>Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Fianciamentos</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Aumento (diminuição) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	X	X
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<u>X</u>	<u>X</u>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	X	X

Fonte: Consultoria Ipeconbt (?).

## ANEXO 4

**Modelo Demonstração do Valor Adicionado**

<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>	
Descrição	R\$ mil
1 – Receitas	
(1.1) Venda de mercadorias, produtos e serviços	
(1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão (Constituição)	
(1.3) Não operacionais	
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	
(2.1) Matérias-primas consumidas	
(2.2) Materiais, energia e outros custos de produção	
(2.3) Despesas c/ vendas gerais e administrativas	
(2.4) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
(2.5) Serviços de terceiros e outros	
(2.6) Perda e recuperação de valores ativos	
3 - Valores adicionados brutos (1-2)	
4 - Retenções	
(4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 - Valores adicionados líq. produzido pela entidade (3-4)	
6 - Valores adicionados recebidos em transferência	
(6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	
(6.2) Receitas financeiras	
7 - Valores adicionados totais a distribuir (5+6)	
8 - Distribuições do valor adicionado	
(8.1) Remuneração do trabalho - pessoal e encargos	
(8.2) Remuneração do governo - impostos, taxas e contribuições	
(8.3) Remuneração de terceiros - juros, aluguéis etc.	
(8.4) Remuneração de capital próprio - dividendos e lucros retidos/Prej.	
(8.5) Outros	
O total do item 8 deve ser igual ao item 7	

Fonte: Unafisico Sindical (?).

## ANEXO 5

## Natureza jurídica e qualificação do quadro de sócios e administradores

CÓDIGO	NATUREZA JURIDICA	INTEGRANTE DO QUADRO	QUALIFICAÇÃO
201-1	Empresa Pública	Administrador, Diretor ou Presidente.	07,10 ou 16
203-8	Sociedade de Economia Mista	Conselheiro de Administração, Diretor ou Presidente.	08,10 ou 16
204-6	Sociedade Anônima Fechada	Administrador, Conselheiro de Administração, Diretor ou Presidente.	05, 08, 10 ou 16
206-2	Sociedade Empresária Limitada	Administrador, Sócio, Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente Incapaz (Exceto menor), Sócio ou Acionista Menor (Assistido/representado), Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado No Exterior, Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior, Sócio Administrador ou Cotas em Tesouraria.	05, 22, 29, 30, 37, 38, 49 ou 63
207-0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo	Sócio, Sócio ou Acionista Incapaz ou Relativamente incapaz (exceto menor), Sócio ou Acionista Menor (assistido/representado), Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliado No Exterior, Sócio Administrador ou Cotas em Tesouraria.	22, 29, 30,38 49 ou 63
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples	Administrador, Sócio Comanditado, Sócio Comanditário, Sócio Comanditado Residente no Exterior, Sócio Comanditário Pessoa Física Residente no Exterior, Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior, Sócio Comanditário Incapaz ou Cotas em Tesouraria.	05, 24, 25, 55, 56, 57, 58 ou 63
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de natureza empresária)	Administrador, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Exterior, Titular Pessoa Física Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor) ou Titular Pessoa Física Menor (assistido / Representado).	05, 65, 66, 67 ou 68
231-3	Empresa Individual Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)	Administrador, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado no Brasil, Titular Pessoa Física Residente ou Domiciliado No Exterior, Titular Pessoa Física Incapaz ou Relativamente Incapaz (exceto menor) ou Titular Pessoa Física Menor (assistido / Representado).	05, 65, 66 67 ou 68
306-9	Fundação Privada	Administrador, Diretor, Presidente ou Fundador.	05, 10, 16 ou 54
322-0	Organização Religiosa	Administrador, Diretor ou Presidente.	05, 10 ou 16
399-9	Associação Privada	Administrador, Diretor ou Presidente.	05, 10 ou 16
408-1	Contribuinte Individual	Produtor Rural.	59

Fonte: Receita Federal do Brasil (?).